

# Auxílio médico: OAB quer dados da AI

Maria Angélica quer saber se é verídica a informação de que ex-parlamentares recebem assistência médica

Greyc Andrade  
DA EQUIPE JC

Enquanto ex-deputados de Sergipe têm direito a auxílio médico mesmo após deixar o cargo, a população sergipana sofre com a falta de médicos, medicamentos e de atendimento de qualidade. É o que afirma a advogada da Ordem dos Advogados Seccional Sergipe (OAB/SE), coordenadora de Saúde da Comissão de Direitos Humanos, Maria Angélica Resende.

Maria Angélica Resende contou que o artigo 353 do regimento interno da Assembleia Legislativa de Sergipe informa sobre o direito do ex-deputado à assistência médica; sendo que, segundo ela, não há detalhamento de qual tipo de assistência, se há limite e por quanto tempo. “Então, se uma pessoa é deputado por quatro anos, não se reelege, mas tem direito a uma assistência médica, gratuita, e com o nosso dinheiro, o que é pior; será que isso é constitucional? Já encaminhamos esse fato para a Ordem dos Advogados de Sergipe para estudar o caso e verificar se há constitucionalidade nisso. No meu entendimento, há inconstitucionalidade sim, porque o artigo 5º da Constituição diz que todos são iguais perante a lei, então só porque os ex-deputados que são cidadãos como qualquer outra pessoa têm direito à saúde, e o cidadão comum não tem?”, indagou.

Em recente visita a vários hospitais do Estado, ela encontrou diversos fatos que foram fotografados, documentados e detalhados em relatório entregue à Secretaria de Estado da Saúde (SES), Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), Ministério Público de Sergipe (MPSE), Assembleia Legislativa e Conselho Regional de Medicina.

Segundo Resende, o que se observa é que a FHS deveria trabalhar como uma rede, mas não é assim que acontece. “Existe uma série de hospitais no interior do Estado, mas que não funcionam. Depois de detectar que a saúde em Aracaju estava um caos, tivemos que ir para o interior para averiguar porque essas pessoas estavam saindo de seus municípios para vir para Aracaju, já que nessas regiões possuem hospitais, unidades regionais que se dispõem a dar atendimento à população. Mas o governo faz tanta publicidade desses hospitais que parece que eles estão em pleno funcionamento, o que não é verdade; prova disso é que centenas de pessoas saem do interior para serem atendidas aqui”, colocou.

Na visita ao hospital de São Cristóvão, a advogada disse que se deparou com um absurdo. “Lá, o que eles chamavam de enfermaria era uma garagem com quatro camas encostadas na parede, e uma cortina. Já o lixo hospitalar passava por dentro do hospital, no local não tinha saída separada para ele, e, além disso, não era retirado todos os dias, somente três dias na semana. Passamos essas informações a todas as autoridades competentes, elas não podem dizer que não sabem disso. Saímos de lá, ficamos de voltar para a inauguração do novo hospital, quando chegamos havia uma estrutura muito bonita, mas não tinha atendimento”, comentou.

Já no município de Nossa Senhora do Socorro, ela disse que encontrou o local com a melhor condição de atendimento, que funciona, apesar de muita reclamação por falta de médico. “Outro problema que detectamos é que no hospital não existe uma saída de emergência se caso algo grave aconteça; fato encontrado

também no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), apesar de ele ter saída de emergência, os corredores estão lotados de macas, e se caso houvesse um incêndio, a evacuação da área ficaria difícil, já que os locais para transitar estão tomados pelas macas”, alertou.

## MAIS REALIDADE RUIM

No hospital de Lagarto, segundo a advogada, teve muita publicidade na sua inauguração, e, por isso, acreditava que iria encontrar o hospital em perfeitas condições. “Quando chegamos lá, havia poucos atendimentos e uma série de salas vazias. Aqui em Aracaju a maioria dos nossos hospitais está cheio de pessoas para serem atendidas, e lá haviam salas vazias. Outro problema foi quanto à escala médica, pois em alguns horários não haviam médicos; lá existe Unidade de Terapia Intensiva (UTI), mas não tem um neurologista nem cardiologista. Possui serviço de emergência mas não tem pediatra, e a área para internamento de criança estava fechada. E na semana seguinte morreu uma criança a caminho de Aracaju com dengue hemorrágica, mas se no hospital tivesse condições necessárias de atendimento às crianças, pode ser que ela não tivesse ido a óbito”.

Ainda em Lagarto, Maria Angélica Resende contou que também esteve no posto de saúde do município, e que não encontrou nenhum médico. Já no Centro de Especialidades, existia atendimento em várias especialidades, mas no dia da fiscalização não havia nenhum funcionário para aplicar uma injeção numa criança. “Quando chegamos lá, tinha uma criança que ia tomar vacina, só que a funcionária que ia aplicar a vacina não estava no trabalho, e sim em casa, e tiveram que ligar para ela ir atender essa criança. Então você vê o que é saúde pública em Sergipe”, lamentou.

Na mesma cidade, a advogada disse que um rapaz chamou a comissão que estava fazendo a visita e disse para ela que o hospital mais parecia um matadouro, e que a esposa dele havia morrido sem chegar a ser atendida. “Ele me disse que a esposa estava passando muito mal, rodou o hospital inteiro à procura de um médico e não encontrou ninguém. E nós verificamos que no dia da morte realmente não havia médico. As pessoas estão morrendo por falta de atendimento, o nome disso é mistanásia, morre sem o direito de atendimento, a pessoa morre sem sequer ser atendida. E isso é lamentável”.

No município de Estância, a coordenadora da Saúde da Comissão afirmou que não percebe que existe uma rede de atendimento entre os hospitais. Essa rede seria percebida se os pacientes do Hospital Regional de Estância não precisassem vir para Aracaju. “Esse hospital precisa ter um dimensionamento diferente de qualquer outro hospital simples, porque ele deve estar preparado para atender uma região, e essa região dentro dos cálculos que é feito, pode atender de 250 a 300 mil pessoas da região”, comentou.

GIPE  
DE JU  
OM  
OR

E completa: "Em Estância não tinha médico, não tinha diretor clínico, porque o cargo está vago, e por isso, quem estava respondendo pelo hospital era uma enfermeira. A escala de médicos também não estava completa, e segundo os funcionários existem 28, mas se tem, não vimos. O hospital não faz cirurgia, encontramos uma série de salas completamente vazias, tudo pronto para usar. Ainda ficamos sabendo pelos funcionários que as roupas de cama estavam sumindo, certamente algum funcionário pegando".

"Também estamos com um problema grave, cerca de 100 crianças estão na fila de espera precisando fazer cirurgias eletivas; cirurgias inclusive de colostomia, como uma criança pode ir para a escola com uma bolsinha? O que eu só peço dos nossos governantes é respeito ao cidadão, e que seja respeitado o direito a saúde e a uma vida melhor", pediu a coordenadora da Saúde da Comissão de Direitos Humanos, Maria Angélica Resende.